

INOVAÇÃO PEDAGÓGICA E INOVAÇÃO TECNOLÓGICA: AS INTERFACES COM O CURRÍCULO.

Rosilene Moreira de Souza¹
mrosilene9@gmail.com
UCDB- Universidade Católica Dom Bosco.

Resumo

A proposta deste artigo é compreender como a inovação pedagógica e a inovação tecnológica se estabelecem no currículo escolar, a partir da análise da BNCC- base nacional comum curricular para o ensino fundamental. Para a realização desta pesquisa foi realizada a análise do documento da BNCC aprovada em dezembro de 2017. A base curricular aprovada no país, contraria o conceito de inovação ao considerá-la, a partir de um conceito reducionista. Como resultado observou-se que inovação pedagógica aparece em poucos trechos do texto, quando ressalta que o documento se propõe a discutir uma “educação inovadora”. Na maior parte do documento a inovação está aliada ao conceito de tecnologia. Sendo assim, concluímos que o conceito de inovação pedagógica na BNCC se confunde com inovação tecnológica.

Palavras chave: inovação pedagógica; inovação tecnológica e currículo.

Introdução

Um dos maiores desafios para as organizações do mundo contemporâneo é a inovação. Essa temática está na agenda dos pesquisadores de várias áreas do conhecimento já há algum tempo. Trata-se de uma iniciativa, modesta ou revolucionária que, segundo Peter Drucker (1986), surge como uma novidade para as instituições e que, aplicada na prática, trará melhorias nos processos. No meio organizacional, a inovação consiste na busca deliberada e organizada de mudanças e na análise sistemática das oportunidades que tais mudanças podem oferecer para a inovação econômica ou social. (DRUCKER, 1986)

A Educação, como uma das instituições que alicerça a sociedade, também está sujeita a essa exigência. Em um documento do Ministério da Educação e Cultura sobre Inovação em gestão da educação pública, a autora Maria das Graças Galvão de Souza, afirma que

A sociedade precisa das inovações para melhorar continuamente seu bem-estar e sobrevivência, e este é um dos grandes desafios contemporâneos. Relacionando-o com a educação nacional, devemos propiciar oportunidades inovadoras para que os desafios atuais da educação sejam superados; precisamos, pois da criatividade, das ideias e das inovações de todos os profissionais da educação e em todas as áreas, desde a gestão à aprendizagem

¹ Doutoranda em Educação do Programa de Doutorado em Educação da Universidade Católica Dom Bosco, Pedagoga e Mestre em Educação

e ao processo de transformação e preparação dos que buscam o sistema educacional para sua auto realização pessoal e profissional. Portanto, registrar as inovações, seus ganhos e limitações, são de importância capital. (SOUZA, 2006, p.4)

A inovação em educação é, de acordo com Cardoso (1997), uma das exigências prioritárias do presente se atendermos à necessária participação do homem na construção das sociedades contemporâneas. A sua pertinência e necessidade são hoje largamente aceitas. A inovação pedagógica requer uma ação persistente, tenciona melhorar a prática educativa, o seu processo deve poder ser avaliado e para se constituir e desenvolver, requer componentes integrados de pensamento e de ação (CARDOSO, 1992, p. 87).

Nesse contexto a inovação passou a ser introduzida na educação, com a perspectiva de mudança e melhoria do sistema educativo, num primeiro momento com enfoque tecnológico, o que implicava na prática, na perspectiva dos idealizadores algo muito simples e estreito do que é inovação, o qual, segundo Hernández et.al. (2000), se fundamenta na ideia tecnológica de que o importante é prestar atenção ao plano das inovações, já que os professores irão adotá-las de imediato, acreditando que o plano por si só é essencialmente bom e por suas intenções de melhoria quando forem levadas a prática

A inovação pedagógica traz algo de “novo”, ou seja, algo ainda não estreado é uma mudança, mas intencional e bem evidente, exige um esforço deliberado e conscientemente assumido. Requer uma ação persistente; tenciona melhorar a prática educativa; o seu processo deve poder ser avaliado; e para se constituir e desenvolver, requer componentes integrados de pensamento e de ação (CARDOSO, 1992, p. 87).

A inovação pedagógica implica mudanças qualitativas nas práticas pedagógicas e essas mudanças envolvem sempre um posicionamento crítico, explícito ou implícito, face às práticas pedagógicas tradicionais. De acordo com Sebarroja (2002) refletir sobre o sentido e a vigência das pedagogias inovadoras, a concepção e organização do conhecimento na era da informação; o projeto educativo e a autonomia pedagógica; o desenvolvimento da democracia participativa; a relação da escola com o meio; e as práticas e materiais curriculares faz parte do processo de construção de uma escola inovadora.

A inovação envolve, de acordo com Sebarroja (2002) obrigatoriamente as práticas, portanto, a inovação pedagógica não deve ser buscada somente nas reformas educacionais, ou nas reformas do programa ou nas alterações do currículo, ainda que ambas reformas e alterações, possam facilitar ou mesmo sugerirem mudanças qualitativas nas práticas pedagógicas.

Inovar implica uma ruptura com a situação em curso, mesmo que seja temporária e parcial. Inovar faz supor trazer à realidade educativa algo

efetivamente "novo", ao invés de renovar que implica fazer aparecer algo sob um aspecto novo, não modificando o essencial. (CARDOSO, 1992, p. 87).

Para que seja possível a inovação, mais uma vez as pessoas estão no centro do processo, no caso da escola professores e alunos. A inovação passa a ser a palavra-chave do milênio e está no centro do processo porque é inovando que você aumenta a percepção de valor, e faz com que as instituições tenham resultados maiores que os seus, possibilitando o seu crescimento.

As tecnologias da informação e da comunicação na educação.

O sentido da tecnologia na educação é apoiar a melhoria da aprendizagem e da gestão, coletando, diagnosticando, organizando e processando os dados transformando-os em informação (inteligência) para tomada de decisões assertivas e coerentes. Incluir as tecnologias na educação, raramente se legitimará somente com a inclusão de uma tecnologia no processo de ensino, muitas vezes é necessária a revisão de processos pedagógicos e educacionais, mudança de cultura e ressignificação das relações.

A transformação da escola pública requer condicionalmente uma mudança de cultura, para Teixeira a cultura é

“Constituída na sua base por um conjunto de valores, crenças e pressupostos que definem os modos pelos quais a organização conduz seus negócios. Esse núcleo de crenças e pressupostos básicos está expresso nas estruturas, sistemas, símbolos, mitos e padrões de recompensa dentro da organização. Esta não nasce como cultura, mas transforma-se em cultura ao longo da sua história” (TEIXEIRA, 2002 p.8)

A inovação de algum vulto requer diferentes estágios, envolve pessoas e segmentos diferentes, o que implica processos complexos. A utilização das tecnologias da informação e comunicação enquanto instrumento básico da educação ainda é pequeno nas instituições de educação e tem impactado com relativo atraso nas escolas diferente de outros setores da sociedade. Tal situação exige uma reflexão profunda acerca das relações que se estabelecem entre: educação; tecnologia; prática pedagógica. O importante é estar aberto aos desafios, associados à utilização das novas tecnologias de maneira desafiadora, instigadora e capaz de construir aprendizagens significativas nos educandos, pode se constituir em uma educação inovadora.

A informática tem grande valor em diversos campos da atividade humana, apesar das críticas que essa temática sofre, principalmente sobre sua prática no contexto escolar.

“No campo educacional, a atmosfera não se encontra diferente, Há fervorosos seguidores e ferozes opositores da informática a questionar se os computadores devem ser inseridos no contexto escolar e de que modo. Há aqueles que atribuem às máquinas de processamento o papel “mágico” de salvadoras da educação e há os que acreditam que a inserção delas nas salas de aula mecanizará os alunos, desempregará os professores e desvirtuará os efeitos do processo ensino-aprendizagem”. [COX, 2003, p.10]

A tecnologia foi uma inovação que facilitou a vida do homem, mas mesmo assim levanta algumas questões principalmente na forma de uso.

Mesmo tendo algumas críticas sobre o uso dessa inovação no âmbito escolar, a tecnologia é uma ferramenta que vai ajudar no aprendizado do aluno, pois ela possibilita buscar mais informações que facilite a aprendizagem, trazendo riquíssimos conhecimentos. (COX 2003, p. 13)

É possível dizer que, além das questões técnicas e estruturais que são fundamentais para a utilização dos recursos tecnológicos na educação a evolução dos meios tecnológicos, de maneira geral, é muito frequente, pois ela ocorre pela lógica do mercado. Com o avanço das tecnologias de informação e comunicação, estão disponíveis diversos recursos e meios que permitem a construção de ambientes inovadores de apoio ao processo de ensino-aprendizagem.

O Currículo escolar e a BNCC - Base nacional comum curricular

A origem da palavra “currículo” vem do latim “*curriculum*” e significa “corrida” ou “pista de corrida”, podemos dizer que é na trajetória desta corrida que o processo de formação acontece. Souza e Fazenda (2017) afirmam que a partir do século XVI, a palavra curriculum passa a ser aplicada às instituições de ensino, possibilitando a ocorrência de duas grandes vertentes: a de que o currículo não deveria apenas ser seguido e a de que o currículo deveria também ser completado. Para Silva (2010) os professores de certa forma sempre estiveram envolvidos com o currículo, antes mesmo que a palavra especializada pudesse designar aquela parte que hoje conhecemos como currículo. Para Silva (2010) todas as teorias educacionais são também teorias sobre o currículo. Na modernidade a palavra *Curriculum* tenta responder a questões cruciais sobre o processo de escolarização da escola pública. Quais as habilidades devem ser desenvolvidas? quais competências devem ser construídas? quais valores devem ser ressignificados? Quais conteúdos devem constar na base comum? Entre outras questões complexas que permeiam as discussões sobre o currículo na pós-modernidade.

Urge identificar a presença de propostas curriculares que contemplem práticas pedagógicas inovadoras no currículo escolar passa a se fazer necessário para entender a dimensão que está sendo dada a proposta da inovação pedagógica no currículo escolar.

As características da sociedade atual de instabilidade e mudança, a provisoriedade do conhecimento, as transformações das ciências, as mudanças na organização do trabalho e o surgimento constante de novas profissões indicam que o currículo visto como grade curricular composta de unidades de ensino predefinidas ou conjunto de prescrições não responde aos problemas atuais da educação. (ALMEIDA; SILVA, 2011, p.8).

A Base Nacional Comum Curricular é que vai orientar a educação no Brasileira, de acordo com o documento o Brasil, um país de dimensões continentais, vai ter uma base que define as aprendizagens essenciais a que todos os alunos têm direito na educação básica e coloca de acordo com o documento a educação brasileira em compasso com as demandas do século XXI.

O debate sobre a implantação de uma base nacional comum curricular teve início com a Constituição Federal de 1988. Para atender as finalidades previstas no artigo 205 da Constituição que visa ao pleno desenvolvimento da pessoa, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho (BRASIL, 1988). A carta Magna reconhece no seu artigo 210 que sejam “fixados conteúdos mínimos para o ensino fundamental, de maneira a assegurar formação básica comum e respeito aos valores culturais e artísticos, nacionais e regionais” (BRASIL, 1988).

Em 1996 a Lei de Diretrizes e Bases da educação Brasileira, Lei nº 9394/96 determina que a União firmasse um pacto interfederativo, um acordo entre os vários níveis de governo para estabelecer competências e diretrizes capazes de orientar os currículos. A LDB, no Inciso IV de seu Artigo 9º, afirma que cabe à União

estabelecer, em colaboração com os Estados, o Distrito Federal e os Municípios, competências e diretrizes para a Educação Infantil, o Ensino Fundamental e o Ensino Médio, que nortearão os currículos e seus conteúdos mínimos, de modo a assegurar formação básica comum (BRASIL, 1996)

Em 2014 a Lei nº 13.005/2014 promulgou o Plano Nacional de Educação (PNE), que orientava para a elaboração de Diretrizes Pedagógicas para a Educação Básica e para a criação de uma Base Nacional Comum Curricular.

Estabelecer e implantar, mediante pactuação interfederativa [União, Estados, Distrito Federal e Municípios], diretrizes pedagógicas para a educação básica e a base nacional comum dos currículos, com direitos e objetivos de aprendizagem e desenvolvimento dos(as) alunos(as) para cada ano do Ensino Fundamental e Médio, respeitadas as diversidades regional, estadual e local (BRASIL, 2014).

A Base Nacional Comum Curricular (BNCC) é um documento de caráter normativo que define o conjunto orgânico e progressivo de aprendizagens essenciais que todos os alunos devem desenvolver ao longo das etapas e modalidades da Educação Básica.

A Base estabelece conhecimentos, competências e habilidades que se espera que todos os estudantes desenvolvam ao longo da escolaridade básica. Orientada pelos princípios éticos, políticos e estéticos traçados pelas Diretrizes Curriculares Nacionais da Educação Básica, a Base soma-se aos propósitos que direcionam a educação brasileira para a formação humana integral e para a construção de uma sociedade justa, democrática e inclusiva.

A Inovação pedagógica e a Inovação tecnológica na BNCC

Para identificar a presença do termo inovação pedagógica ou inovação tecnológica ou termos linguísticos similares na base nacional comum curricular foi utilizado o recurso “localizar texto” do Adobe Acrobat Reader. Na primeira busca foi utilizado o descritor “inovação pedagógica” com nenhum resultado. Na segunda busca foi utilizado o termo “inovação”, que retornou cinco resultados. Sendo que três deles fazem referência a inovação tecnológica e dois como inovação no uso de recurso naturais. Na busca realizada como “inovação tecnológica”, surgiram três resultados, referindo-se aos componentes da geografia, sendo formas de representação e pensamento espacial, a tecnologia como responsável por grandes transformações socioespaciais e a inovação tecnológica aliada as transformações socioeconômicas do território brasileiro. Na sequência foi realizado uma busca com o descritor “tecnologia” que resultou em sessenta e sete resultado. Sendo sessenta e cinco na categoria das tecnologias digitais e/ou da informação e da comunicação e uma como tecnologia aliada a perspectiva cultural e a outra no componente ambiental. O último descritor de busca foi a palavra “inovadora” que retornou o seguinte:

A atuação do MEC, além do apoio técnico e financeiro, deve incluir também o fomento a inovações e a disseminação de casos de sucesso; o apoio a experiências curriculares inovadoras; a criação de oportunidades de acesso a conhecimentos e experiências de outros países; e, ainda, o fomento de estudos e pesquisas sobre currículos e temas afins. (BNCC, 2017 p. 21)

As competências específicas para o ensino fundamental estão principalmente ligadas ao conceito de inovação tecnológica, conforme demonstram os excertos da BNCC analisados. Logo no início o texto apresenta a seguinte competência:

Compreender e utilizar *tecnologias digitais de informação e comunicação* de forma crítica, significativa, reflexiva e ética nas diversas práticas sociais (incluindo as escolares), para se comunicar por meio das *diferentes linguagens e mídias*, produzir conhecimentos, resolver problemas e desenvolver projetos autorais e coletivos. (BNCC, 2017 p. 63)(destaque nosso)

De acordo com a BNCC (2017) levar em consideração esses novos e *multiletramentos* e a adoção das práticas da *cultura digital no currículo* não contribui somente para que uma participação mais efetiva e crítica nas práticas contemporâneas de linguagem por parte dos estudantes possa ter lugar, mas procura contemplar a cultura digital, diferentes linguagens e diferentes letramentos, desde aqueles basicamente lineares, com baixo nível de hipertextualidade, até aqueles que envolvem a hipermídia. (BNCC, 2017, p. 68).

O tratamento das práticas leitoras BNCC (2017) compreende dimensões inter-relacionadas às práticas de uso e reflexão, reconstrução e reflexão sobre as condições de produção e recepção dos textos pertencentes a diferentes gêneros e que circulam nas diferentes mídias e esferas/campos de atividade humana

Refletir sobre as transformações ocorridas nos campos de atividades em função do desenvolvimento das tecnologias de comunicação e informação, do uso do hipertexto e da hipermídia e do *surgimento da Web 2.0*: novos gêneros do discurso e novas práticas de linguagem próprias da cultura digital, transmutação ou reelaboração dos gêneros em função das transformações pelas quais passam o texto (de formatação e em função da convergência de mídias e do funcionamento *hipertextual*), novas formas de interação e de compartilhamento de textos/ conteúdos/informações, reconfiguração do papel de leitor, que passa a ser também produtor, dentre outros, como forma de ampliar as possibilidades de participação na *cultura digital* e contemplar os novos e os multiletramentos. (BNCC, 2017, p.70).

Na BNCC (2017) a reconstrução e reflexão sobre as condições de produção e recepção dos textos pertencentes a diferentes gêneros e que circulam nas diferentes mídias e esferas/campos de atividade humana podem ser analisados sob diferentes formas:

Analisar as diferentes formas de manifestação da compreensão ativa (réplica ativa) dos textos que circulam nas redes sociais, *blogs/microblog, sites e afins* e os gêneros que conformam essas práticas de linguagem, como: comentário, carta de leitor, post em rede *social33, gif, meme, fanfic, vlogs* variados, *political remix, charge digital, paródias de diferentes tipos, vídeos-minuto, e-zine, fanzine, fanvídeo*, *vidding, gameplay, walkthroug*, *detonado, machinima, trailer honesto, playlists* comentadas de diferentes tipos etc., de forma a ampliar a compreensão de textos que pertencem a esses gêneros e a possibilitar uma participação mais qualificada do ponto de vista ético, estético e político nas práticas de linguagem da cultura digital. (BNCC, 2017, p. 71).

Na BNCC (2017) as habilidades não são desenvolvidas de forma genérica e descontextualizada, mas por meio da leitura de textos pertencentes a gêneros que circulam nos

diversos campos de atividade humana da consideração da cultura digital e das tecnologias digitais da informação e da comunicação.

As Competências específicas em linguagens para o ensino fundamental são estruturadas em três eixos: de produção de texto, de estratégias de produção e o eixo da oralidade.

O Eixo da Produção de Textos

comentar e indicar diferentes produções culturais por meio de resenhas ou de playlists comentadas; descrever, avaliar e recomendar (ou não) um game em uma resenha, gameplay ou vlog; [...]; sistematizar dados de um estudo em um relatório ou relato multimidiático de campo; divulgar conhecimentos específicos por meio de um verbete de enciclopédia digital colaborativa;

Estratégias de produção

Utilizar softwares de edição de texto, de imagem e de áudio para editar textos produzidos em várias mídias, explorando os recursos multimídias disponíveis.

O Eixo da Oralidade

compreende as práticas de linguagem que ocorrem em situação oral com ou sem contato face a face, como aula dialogada, webconferência, mensagem gravada, spot de campanha, jingle, seminário, debate, programa de rádio, entrevista, declamação de poemas (com ou sem efeitos sonoros), [...] playlist comentada de músicas, vlog de game, contação de histórias, diferentes tipos de podcasts e vídeos, dentre outras. (BNCC, 2017, p. 76-77)

Como já destacado, os eixos apresentados relacionam-se com práticas de linguagem situadas. Em função disso, outra categoria organizadora do currículo que se articula com as práticas são os campos de atuação em que essas práticas se realizam. Assim, na BNCC, a organização das práticas de linguagem (leitura de textos, produção de textos, oralidade e análise linguística/semiótica) por campos de atuação aponta para a importância da contextualização do conhecimento escolar, para a ideia de que essas práticas derivam de situações da vida social e, ao mesmo tempo, precisam ser situadas em contextos significativos para os estudantes.

A cultura digital perpassa todos os campos, fazendo surgir ou modificando gêneros e práticas. Por essa razão, optou-se por um tratamento transversal da cultura digital, bem como das TDIC, articulado a outras dimensões nas práticas em que aparecem. (BNCC, 2018, P. 83)

Conclusão

Em se tratando de inovação pedagógica, novas tecnologias e currículo escolar podemos observar nos excertos acima a tendência majoritária em identificar a cultura digital como parte integrante do currículo escolar em todas as suas instâncias, a inovação pedagógica apesar de citada de forma alternativa como “criatividade” não foi citada literalmente em nenhuma parte do texto, salvo na introdução do documento, quando ressalta que o documento se propõe a discutir uma “educação inovadora” nesse sentido podemos observar que o conceito

de inovação pedagógica na base nacional comum curricular se confunde com inovação tecnológica.

Na oportunidade quero fechar este texto com a fala da professora Nilda Alves sobre as discussões sobre a construção da base nacional comum curricular

nós que trabalhamos com as pesquisas nos/dos/com os cotidianos, os currículos – no plural - são formados por aquilo que os docentes e discentes fazem pensam nas salas de aula de cada escola brasileira. Com isto, lembrei, será preciso que discutamos muito – com intensa participação destes praticantes pensantes (OLIVEIRA, 2012) - sobre o que são os currículos, para saber da necessidade e possibilidade de uma BNC, neste momento político educacional brasileiro (ALVES, 2014, p. 16)

Importante refletir se as escolas possuem condições de trabalhar com todas essas demandas, possuindo realidades geografias, culturais, sociais tão distintas umas das outras. Repensar a capacitação docente e a formulação de políticas de formação de professores que contemplem a realidade da escola do século XXI.

Referências

ALMEIDA, M. E, B; SILVA, M, G, M. **Currículo, Tecnologia e Cultura digital: espaços e tempos de web currículo**. Revista e-curriculum, São Paulo, v. 7 n.1 Abril/2011.

ALVES, N. Sobre a Possibilidade e a necessidade curricular de uma base nacional comum. **Revista e-Curriculum**, São Paulo, v. 12, n. 03 p. 1464 – 1479 out./dez. 2014.

BRASIL, MEC. **Base Nacional Comum Curricular**. Educação é a base. Brasília, 2017.

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília: Senado Federal, 1988. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constitui-cao/constituicao.htm>. Acesso em 01/03/2018.

BRASIL. Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional. **Lei 9.394, de 20 de dezembro de 1996**. Diário Oficial da União, Brasília, 23 dez. 1996. Disponível em:< <http://portal.mec.gov.br/arquivos/pdf/ldb.pdf>>. Acesso em 01/03/2018.

BRASIL. **LEI nº 13.005 de julho de 2014**. Disponível em:< http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_content&id=16478&Itemid=1107>. Acesso em: 01/03/2018.

CARDOSO, A.P. **As atitudes dos professores e a inovação pedagógica**. Revista Portuguesa de Pedagogia. Ano XXVI, nº1, 1992.p.85-99. Disponível em: <<http://www.uc.pt/fpce/publicacoes/rppedagogia>> acesso em 27 abr.2017.

CARDOSO, Ana Paula. **Educação e Inovação**. *Millenium On-line*, nº 6, 1997. Disponível em: http://www.ipv.pt/millenium/pce6_apc.htm. Acesso em 17 ago. 2008.

COX, K. Kl. **Informática na educação escolar**. Campinas, São Paulo: Autores Associados, 2003. (Coleção polêmicas do nosso tempo).

DRUCKER, P. F. **Inovação e espírito empreendedor**. São Paulo: Pioneira, 1986.

SEBARROJA, J. C. **A aventura de inovar: a mudança na escola**. São Paulo, SP: Artmed, 2001

SILVA, T. T. **Documentos de identidade: uma introdução às teorias do currículo**. Belo Horizonte: Autentica, 2010.

SOUZA, M. A; FAZENDA, I. C. A. Interdisciplinaridade, Currículo e Tecnologia: Um estudo sobre práticas pedagógicas no ensino fundamental. **Revista Ibero – Americana de Estudos em Educação**, v. 12, n.2, p. 708-721, 2017.

SOUZA, Maria das Graças G. de. **Inovação em gestão da educação pública: questões conceituais**. Brasília: MEC/Pradime/Laboratório de Experiências Inovadoras em Gestão Educacional, 2006. Disponível em:

<http://www.educacao.salvador.ba.gov.br/site/documentos/espaco-virtual/espaco-praxis-pedagogicas/GEST%C3%83O/inovacao%20gestao%20educacao....pdf>

TEIXEIRA, L. R. M. **A noção de competência: uma visão construtivista**. In: Eixos cognitivos do Enem. Brasília: INEP/MEC 2002.